



**Departamento de Polícia Rodoviária Federal
10ª Superintendência Regional – Bahia
Avenida Frederico Pontes, 151 – Comércio
40460-000 – Salvador/BA
Fone: (071) 2101-2209/2205**

TOMADA DE CONTAS ANUAL Exercício 2006





**Departamento de Polícia Rodoviária Federal
10ª Superintendência Regional – Bahia
Avenida Frederico Pontes, 151 – Comércio
40460-000 – Salvador/BA
Fone: (071) 2101-2209/2205**

1. ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2006**Tomadas de Contas dos ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO**

ÓRGÃO/ENTIDADE 10ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL - BAHIA		RECURSOS GERIDOS (art. 3º, §2º DN) R\$ 4.442.686,94
RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS (art. 14, IN/TCU 47/2004)		LOCALIZAÇÃO (Volume / fls.)
1. UNIDADE		
I. Rol de Responsáveis		01/09-19
II. Relatório de Gestão com os conteúdos do Anexo II apresentados em títulos específicos, destacando a localização dos itens abaixo discriminados		01/20-60
• Demonstrativo sintético de TCE, conforme indicado no item 15 do Anexo II		-
• Demonstrativo relacionando TCE, conforme indicado no item 16 do Anexo II		-
• Demonstrativo contendo informações de danos ressarcidos, conforme indicado no item 17 do Anexo II		-
III. Demonstrativos contábeis		01/61-62, 01/142-148
• Balanço Orçamentário previsto na Lei nº 4.320/64		01/143
• Balanço Financeiro previsto na Lei nº 4.320/64		01/144-145
• Balanço Patrimonial previsto na Lei nº 4.320/64		01/146
• Demonstração das Variações Patrimoniais previsto na Lei nº 4.320/64		01/147
• Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos		-
IV. Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas		01/63-64, 01/148
V. Relatórios e pareceres de órgãos e entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão		-
• Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção		01/98-141
LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL	
2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO		
VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente		
VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente		
VIII. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente		
SITUAÇÃO		
1 () A Tomada de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 14 da IN/TCU 47/2004 e conteúdos constantes dos Anexos II a VIII da DN/TCU __/200__, estando em condição de ser encaminhada ao TCU.		
2 () Ausente(s) na Tomada de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela IN/TCU 47/2004 e pela DN/TCU __/200__, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver:		

LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL	
3. ASSESSOR ESPECIAL / SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO		
IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente		
LOCAL/DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL	



**Departamento de Polícia Rodoviária Federal
10ª Superintendência Regional – Bahia
Avenida Frederico Pontes, 151 – Comércio
40460-000 – Salvador/BA
Fone: (071) 2101-2209/2205**

2. ROL DE RESPONSÁVEIS:



**Departamento de Polícia Rodoviária Federal
10ª Superintendência Regional – Bahia
Avenida Frederico Pontes, 151 – Comércio
40460-000 – Salvador/BA
Fone: (071) 2101-2209/2205**

3. RELATÓRIO DE GESTÃO:

SUMÁRIO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

3.1. Identificação da Unidade.....	22
3.2. Apresentação.....	24
3.3. Competências legais e Regimentais – Perfil Institucional.....	25
3.4. Gestão Orçamentária e Financeira.....	28
3.5. Gestão Operacional.....	35
3.6. Assistência à Saúde, Resgate e Socorro nas Rodovias e Estradas Federais.....	40
3.7. Gestão de Modernização.....	44
3.8. Capacitação.....	45
3.9. Gestão de Recursos Humanos.....	47
3.10. Gestão Administrativa.....	55
3.11. Planejamento Institucional.....	57
3.12. Gestão correicional.....	58
3.13. Processos de Controle.....	58
3.14. Conclusão.....	58

3.1. Identificação da Unidade.

3.1.1. Nome completo da Unidade Regional: 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal - Bahia

3.1.2. Número do CNPJ: 00.394.494/0109-56

3.1.3. Natureza Jurídica: Unidade Descentralizada do Departamento de Polícia Rodoviária Federal

3.1.4. Vinculação Ministerial: Ministério da Justiça

3.1.5. Endereço completo da Sede: Avenida Frederico Pontes, nº 151, bairro Comércio, Salvador/BA, CEP: 40460-000.

3.1.6. Endereço da página institucional na Internet: www.dprf.ba.gov.br

3.1.7. Código e nome da Unidade utilizado no SIAFI: 200114 – 10ª Superintendência da Polícia Rodoviária Federal

3.1.8. Norma de Criação e finalidade da Unidade:

- Cap. 144, II, § 2º da CF (Define Atribuições Gerais); Lei nº 9.503/97, Art. 20 (Define Competências); Decreto nº 11/91, Art. 23, pub. DOU em 21/01/1991 (Cria o Departamento e Regulamenta Competências); Decreto nº 1.655/95, pub. DOU em 03/10/1995 (Regulamenta Competências).
- As finalidades estão previstas no Decreto nº 11, de 18 de janeiro de 1991, conforme descrito a seguir:

“Art. 23. Ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal compete exercer com exclusividade o patrulhamento ostensivo nas rodovias federais, incumbindo-lhe:

I - preservar a ordem e segurança pública e a incolumidade das pessoas em trânsito, bem como do seu patrimônio, nas rodovias;

II - planejar, coordenar, dirigir e exercer de forma permanente o policiamento rodoviário, executando operações relacionadas com os serviços de segurança nas rodovias;

III - exercer os poderes de autoridade de trânsito, fazendo cumprir as normas pertinentes;

IV - realizar o planejamento, a coordenação, a direção e execução dos serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;

V - realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros estabelecidos em leis ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito;

VI - inspecionar e fiscalizar o trânsito, transporte de bens e pessoas;

VII - autuar infratores, impor multas e outras penalidades relativas ao trânsito e transporte de cargas e passageiros;

VIII - adotar providências para assegurar a livre circulação nas rodovias, notadamente em casos de acidentes, podendo solicitar a presença de outras autoridades, quando as providências requeridas excederem de sua competência e solicitar às unidades de engenharia do órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais para o restabelecimento da fluência do tráfego;

IX - proceder a apreensão de veículos, objetos e animais que se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, recolhendo-os a local adequado e devolvendo-os aos seus legítimos donos, mediante pagamento de multas e indenizações dos custos de manutenção e guarda, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados no prazo de noventa dias, contados da data de apreensão;

X - integrar os Sistemas Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações;

XI - zelar pela observância das disposições legais e administrativas relativas ao direito de vizinhança nas rodovias federais, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas, nas faixas de domínio ou que possam interferir na segurança do trânsito;

XII - executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito;

XIII - informar ao órgão de manutenção e conservação rodoviária competente as condições de insegurança nas rodovias, adotando medidas emergenciais de proteção ao trânsito;

XIV - prestar informações aos usuários sobre condições técnicas das rodovias federais, sobre o trânsito e o transporte rodoviário de passageiros e de cargas;

XV - exercer a fiscalização e o controle do tráfego nos postos de pesagem e pedágio;

XVI - credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de transportes de cargas indivisíveis e de produtos perigosos;

XVII - expedir autorizações especiais para o trânsito de veículos e de cargas excepcionais;

XVIII - executar medidas de segurança, planejamento e escolta nos deslocamentos do Presidente da República, Diplomatas Estrangeiros e outras

autoridades, quando necessário e sob coordenação do órgão competente;

XIX - desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

XX - colaborar, nas rodovias federais, na prevenção e repressão referente a:

a) crimes de furtos e roubos de veículos e bens;

b) crimes contra a vida, o patrimônio, a ecologia e o meio ambiente;

c) tráfico de entorpecentes e drogas afins, contrabando e descaminho;

d) outras infrações e demais crimes previstos em lei.”

3.1.9. Norma que estabelece a estrutura orgânica no período de gestão sob exame:
Portaria Ministerial nº 3.741/2004

3.1.10. Publicação no DOU do Regimento Interno: 16/12/2004

3.2. Apresentação

O Relatório de Gestão é um instrumento de planejamento, acompanhamento e avaliação da gestão institucional, elaborado em consonância com a NE/SFCI/CGU/PR nº 01, de 05 de janeiro de 2006, com a IN/TCU nº 47/2004 e com a DN/TCU nº 81/2006, que deverá compor o relatório de Tomada de Contas Anual, relativamente ao exercício de 2006.

Este Relatório de Gestão visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados no Programa de Governo *Segurança Pública nas Rodovias Federais* do Estado da Bahia no exercício de 2006. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário, financeiro e da avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/BA.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim, o impacto alcançado em função das ações desempenhadas. Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade perseguido pela Organização, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

A base para a elaboração deste Relatório de Gestão está fundamentada em 03 eixos prioritários, quais sejam: Gestão, Planejamento e Controle. O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2006 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual – PPA, o Orçamento autorizado na LOA 2006 e as atividades das diversas áreas da Administração central, desta Regional.

Com o presente documento, a 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de zelar pela segurança pública nas rodovias e estradas federais do Estado da Bahia como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações sociais comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

3.3. Competências Legais e Regimentais – Perfil Institucional

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 3.741, de 15 de dezembro de 2004.

Assim, além da própria competência constitucional, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:

- realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas estrangeiros e outras autoridades.

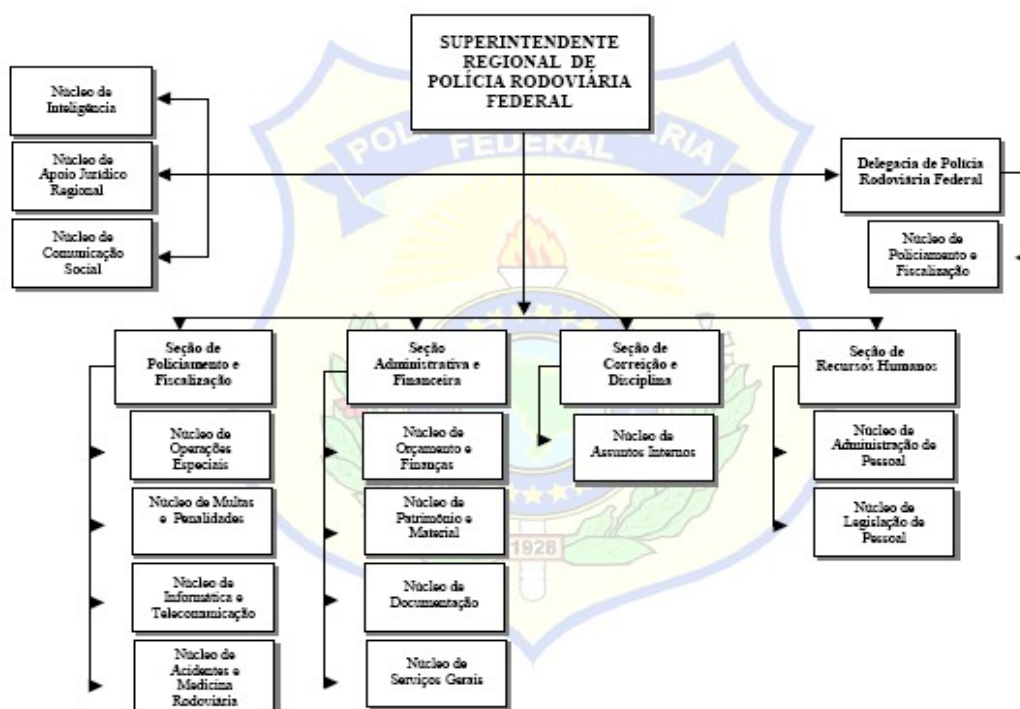
As atividades operacionais da 10ª Superintendência de Rodoviária Federal são difundidas em todo o estado da Bahia, dada a sua estruturação que contempla uma Sede administrativa, localizada na cidade de Salvador, 10 (dez) Delegacias e 26 (vinte e seis) Postos, ao longo dos 6.481 Km de rodovias Federais Bahia.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida confere à 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal um perfil institucional que a qualifica como a executora de múltiplas políticas de ações sociais, de variados segmentos da sociedade, decorrentes das demandas de setores da Administração Pública em diversos níveis hierárquicos, além de sua própria atribuição regimental.

Assim, torna-se necessária essa adequação da estrutura organizacional existente, para atender às freqüentes mudanças na legislação, bem como, à demanda crescente de atribuições decorrentes da lavratura de Convênios, parcerias com outros Órgãos da Administração Direta e Indireta, bem como às demandas oriundas da evolução da sociedade, sendo que a estrutura organizacional atual é a seguinte:

3.3.1. Estrutura Organizacional da Unidade:

SUPERINTENDENTE REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



3.3.2. Identificação das Unidades Descentralizadas – Delegacias e Postos:

I. Unidade Regional:

10ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal – Bahia
UG 200114

II. Equipe Administrativa:

- a) Superintendente: Mizael Freitas de Santana / Antônio Jorge Azevedo Barbosa

- b) Superintendente Substituto: Antônio Carlos Ruvenal Farias / Alex Oliveira do Carmo

- c) Seção de Policiamento e Fiscalização: Antônio Carlos Ruvenal Farias / Rogerio Tosta Boa Morte

- d) Seção Administrativa e Financeira: Martha Maria dos Santos

- e) Seção de Correição e Disciplina: Alex Oliveira do Carmo

- f) Seção de Recursos Humanos: Anderson Campos Leal / Justino Lima Pinto

- g) Núcleo de Inteligência: Alberto Pereira dos Santos Filho

- h) Núcleo de Apoio Jurídico Regional: Elber Marcel Vieira Campos

- i) Núcleo de Comunicação Social: Emmanuela Schwartz Malhado

- j) Chefe de Delegacia:
 - Simões Filho/BA
Junaldo Gonçalves Correia / Edielson Cerqueira Alves

 - Feira de Santana/Ba
José Edemo Pires de Sousa / Webster de Oliveira Campos

 - Jequié/Ba
Edval Araújo Filho / Joan Leandro Santos Neves

 - Senhor do Bonfim/Ba
Antônio Sérgio de Souza

 - Itabuna/Ba
Geraldo da Silva Lopes / Hosana Soares Fahning

 - Seabra/Ba
Edvaldo Barbosa Bodnachuk / Paulo Almeida Santos Sobrinho

 - Paulo Afonso/Ba
Jayro Vieira Cavalcanti / Mauricio Francisco

 - Vitoria da Conquista/Ba
José Machado Ramalho Junior / Jorge Lima Chagas

 - Eunápolis/Ba
Cosme Josevan Moura de Souza / Marcelo Santana Santos

 - Barreiras/Ba
Gibson Reis Alves do Nascimento / Vanderlúcio Alves dos Santos

III. Circunscrição da Regional:

a) Abrangência territorial da Unidade Regional: Bahia

b) Malha viária: BR's 110, 324, 420, 101, 116, 605, 330, 235, 407, 415, 251, 242, 423, 349, 410, 030, 122, 342, 430, 367, 489, 498, 418, 020, 135, totalizando 6.481 Km.

IV. Descrição da Unidade Regional:

Unidade operacional	1ª Delegacia	2ª Delegacia	3ª Delegacia	4ª Delegacia	5ª Delegacia
Localização	Simões Filho	Feira de Santana	Jequié	Senhor do Bonfim	Itabuna
Malha viária em Km pavimentada	779	322	358	769	427
Malha viária em Km não pavimentada	-	-	-	-	150
Número de postos	04	02	02	02	03
Número de viaturas em funcionamento	10	09	08	09	06
Efetivo total	108	53	33	34	51
Efetivo operacional médio por escala	21	08	06	06	08

Unidade operacional	6ª Delegacia	7ª Delegacia	8ª Delegacia	9ª Delegacia	10ª Delegacia
Localização	Seabra	Paulo Afonso	Vitória da Conquista	Eunápolis	Barreiras
Malha viária em Km pavimentada	649	470	1142	399	664
Malha viária em Km não pavimentada	-	224	-	84	44
Número de postos	03	02	03	04	01
Número de viaturas em funcionamento	08	05	8	11	04
Efetivo total	41	37	55	52	23
Efetivo operacional médio por escala	09	07	11	10	04

3.4. Gestão Orçamentária e Financeira

3.4.1. Objetivos e metas

3.4.1.1. Identificação do programa governamental e/ou das ações administrativas do plano de ação do período de que tratam as contas;

No PPA 2004-2007, o DPRF é responsável pelos Programas Finalísticos 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, 1386 – Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal, e 0750 – Apoio Administrativo. O programa 0663 é constituído por 10 ações, o programa 1386 é constituído por 05 ações e o programa 0750 por 05 ações. Estas ações se classificam como projetos/atividades.

3.4.1.2. Descrição do programa, projeto/atividade ou ação administrativa em termos do objetivo geral, dos objetivos específicos e dos beneficiários;

O Objetivo do programa 0663 é oferecer melhores condições de segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito, sendo que os beneficiários são os usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais.

O Objetivo do programa 1386 é prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública, sendo que os beneficiários são o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

O Objetivo do Programa 0750 é proporcionar apoio administrativo a todos os órgãos da administração pública federal.

3.4.1.3. Indicadores utilizados para avaliar o desempenho do programa, projeto/atividade ou ação administrativa;

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

Programa 1386

Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas

Programa 0750

Não há indicador

3.4.1.4 Metas físicas e financeiras previstas na Lei Orçamentária e/ou pactuadas com o supervisor ministerial para o período sob exame nas contas.

Programa 0663

Meta Física 2006: Não foi pactuada meta física para 2006

Meta Financeira 2006 : Não foi pactuada meta financeira para 2006

Programa 1386

Meta Física para 2006: Não foi pactuada meta física para 2006

Meta Financeira: Não foi pactuada meta financeira para 2006

Programa 0750

Meta Física para 2006: Não existe meta física para este tipo de programa

Meta Financeira: Não foi pactuada meta financeira para 2006

3.4.2. Indicadores de parâmetros de gestão

3.4.2.1. Nome do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame nas contas;

Programa 0663: Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

Programa 1386: Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas

Programa 0750: não foi estabelecido indicador

3.4.2.2. Descrição (o que pretende medir) e tipo de indicador (de Eficácia, de Eficiência ou de Efetividade);

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais – Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (indicador de eficácia)

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (indicador de eficácia)

Programa 1386

Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas – Pretende-se medir a percentagem de unidades com estrutura física, parque de informática e viaturas adequados (indicador de eficácia).

Programa 0750

Não foi estabelecido indicador

3.4.2.3. Fórmula de cálculo e método de medição;

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais

Fórmula de Cálculo: $I_m = (N^\circ \text{ Mortos} / N^\circ \text{ Vítimas}) \times 100$

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

Fórmula de Cálculo: $I_a = ((N^\circ \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^\circ \text{ Acidentes Ano Anterior}) - 1) \times 100$

Observação: As fórmulas do programa 0663 serão readequadas na Avaliação do PPA em 2007.

Programa 1386

Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas

Fórmula de Cálculo: $ladq = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$,
responsável pelo cálculo: Seção de Policiamento e Fiscalização

3.4.2.4. Responsável pelo cálculo/medição:

Seção de Policiamento e Fiscalização

3.4.3. Análise crítica dos resultados alcançados

3.4.3.1. Identificação do programa, projeto/atividade ou ação administrativa;

3.4.3.2. Indicadores ou parâmetros utilizados na análise;

3.4.3.3. Metas físicas e financeiras realizadas (valor alcançado);

3.4.3.4. Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso.

Observação: os subtópicos acima serão examinados de acordo com cada programa, conforme segue:

PROGRAMA 0663 - Metas Físicas:

- Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais (dados obtidos junto ao Núcleo de Registro – Acidentes – da 10ª SRPRF/BA, conforme planilhas constantes no **Anexo I**)

Número de Mortos 2005: **493**

Número de Mortos 2006: **487**

Número Total de Vítimas 2005: **4.078**

Número Total de Vítimas 2006: **4.304**

Im 2005= $(493/4.078) \times 100 = 12,09\%$

Im 2006= $(487/4.304) \times 100 = 11,31\%$

Como não foi pactuada meta, a análise crítica foi feita sobre o resultado do ano anterior, entendendo que a meta sempre será reduzir o número de mortos anualmente.

Consideramos o resultado de 2006 positivo, pois o número de mortos em 2006 foi menor do que em 2005. O indicador informa que a porcentagem de mortos entre os feridos em acidentes de trânsito diminuiu de 12,09% para 11,31%, podendo ser reflexo da ação do serviço de resgate aos feridos, impedindo que os mesmos chegassem a óbito.

O número de mortos e feridos está disponível nas planilhas e gráficos constantes do **Anexo I**, onde estão explicitados todos os números das delegacias desta Superintendência.

Na Revisão do PPA este índice será reavaliado.

- Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais (dados obtidos junto ao Núcleo de Registro – Acidentes – da 10ª SRPRF/BA, conforme consta no **Anexo I**)

Número de Acidentes 2005: **6.251**

Número de Acidentes 2006: **6.114**

$Ia = ((6114/6251) - 1) \times 100 = -2,19 \%$

Como não foi pactuada meta física, a análise crítica foi feita sobre o resultado do ano anterior, entendendo que a meta sempre será reduzir o número de acidentes anualmente.

O resultado foi positivo uma vez que o número de acidentes no ano de 2006 foi menor em relação ao ano de 2005, o que demonstra a boa atuação da Polícia Rodoviária Federal nas rodovias federais do estado da Bahia. Fato a se considerar é a existência de fatores externos, quais sejam, o aumento de 122.235 novos veículos em circulação no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2006, conforme dados do Denatran. Tal fato poderia levar a um aumento proporcional do número de acidentes, o que foi evitado. Assim, mesmo com estes fatores adversos, as metas em relação ao número de acidentes foram alcançadas pela Polícia Rodoviária Federal no estado da Bahia

PROGRAMA 0663 – Metas Financeiras:

Informamos que não foi pactuada meta financeira para 2006. Referente ao programa 0663 foi descentralizado e efetivamente empenhado **R\$ 1.097.758,66** (um milhão, noventa e sete mil e setecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e seis centavos).

PROGRAMA 1386 – Metas Físicas:

Coeficiente de adequação das instalações físicas (Icaif)
Icaif= 33,23% (conforme tabela – **Anexo II**)

O indicador informa que apenas 27,88% dos postos desta superintendência estão adequados fisicamente, conforme planilha constante no **Anexo II**. Como se trata de um programa novo, não foi pactuada meta física de adequação dos postos em 2006.

PROGRAMA 1386 – Metas Financeiras:

Informamos que não foi pactuada meta financeira para 2006. Referente ao programa 1386 foi descentralizado e efetivamente empenhado **R\$ 272.341,56** (duzentos e setenta e dois mil, trezentos e quarenta e um reais e cinquenta e seis centavos).

PROGRAMA 0750 – Metas Financeiras:

Informamos que não foi pactuada meta financeira para 2006. Referente ao programa 0750 foi descentralizado e efetivamente empenhado **R\$ 1.526.910,04** (um milhão, quinhentos e vinte e seis mil, novecentos e dez reais e quatro centavos).

3.4.4. Medidas adotadas para sanear as disfunções detectadas

3.4.4.1. Identificação do programa, projeto/atividade ou ação administrativa;

Programa 0663: visa oferecer melhores condições de segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito. Com efeito, durante o ano de 2006 foram realizadas diversas operações com o escopo de oferecer segurança aos usuários das rodovias federais, além do gerenciamento de uma fiscalização rotineira capaz de utilizar ao máximo a força laboral dos policiais. Ademais, esta Regional recebeu viaturas operacionais adquiridas diretamente pelo DPRF.

Programa 1386: visa prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública. No ano de 2006, na Sede da 10ª SRPRF/BA foi realizada uma pequena reforma com vistas à melhoria das atividades nela desempenhadas. Outrossim, em alguns Postos foram realizadas pequenas reformas, melhorando um pouco o ambiente de trabalho.

Programa 0750: visa proporcionar apoio administrativo a todos os órgãos da administração pública federal. No exercício financeiro de 2006, foram adquiridos os materiais necessários ao expediente administrativo. Outrossim, foram adquiridas duas viaturas administrativas para as atividades de apoio.

3.4.4.2. Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados;

No que tange ao programa 0663, ou seja, segurança pública nas rodovias federais, as principais disfunções detectadas fazem alusão ao efetivo de servidores da 10ª SRPRF/BA. Deveras, o quadro de pessoal é muito aquém do mínimo necessário para as ações preventivas e repressivas indispensáveis a fim de garantir segurança pública na grande malha viária do estado da Bahia. Soma-se ao número insuficiente de policiais a grande quantidade de atribuições como trânsito, atendimento pré-hospitalar, elaboração de boletins de acidentes de trânsito, escolta, combate à criminalidade, entre outros.

Por outro lado, faz-se mister salientar que a quantidade de viaturas prejudicou uma melhor atuação do órgão no exercício de 2006. Isto porque, as distâncias percorridas são grandes e a deterioração no pavimento das rodovias provoca um desgaste elevado nas viaturas, obrigando ao seu contumaz afastamento para manutenção corretiva. Indubitavelmente, um número maior de viaturas novas iria permitir uma melhoria nos resultados almejados.

Em relação ao programa 1386 (Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal), constatou-se a necessidade de um aumento na estrutura física da

Sede administrativa, mormente em setores que lidam com arquivos de documentos e de processos. Também os Postos e Delegacias necessitam de uma reforma mais completa, uma vez que os recursos dispendidos neste ano foram insuficientes para atender à demanda.

Por derradeiro, impende ressaltar que o programa 0750 – apoio administrativo – não foi suficiente para atender à demanda desta unidade em decorrência da falta de orçamentário. A falta de alguns equipamentos tais como impressoras e computadores prejudicou o expediente neste exercício financeiro.

3.4.4.3. Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso;

Quanto à deficiência de pessoal, a medida implementada foi a realização de concurso público regional com o ingresso de novos policiais, que foram lotados na atividade-fim. Ademais, a implementação de um cartão-programa, indicando localidades e horários estratégicos em que os policiais deveriam permanecer, auxiliou o aumento da eficácia da fiscalização.

A deficiência na quantidade de viaturas foi amenizada com o cartão-programa que determina a fiscalização com a viatura estacionada em localidades e horários estratégicos, o que evita, muitas vezes, grandes deslocamentos. Também os servidores estão recebendo orientação no sentido de realizar uma condução que evite ao máximo problemas no normal funcionamento do veículo.

No que diz respeito à falta de espaço, as medidas implementadas se referem à organização dos documentos e processos mais antigos em um ambiente com alto índice de umidade, obviamente inadequado. Não obstante, será realizada reforma com vistas a uma melhoria do local.

A providência adotada em relação à falta de determinados equipamentos faz alusão à utilização compartilhada dos equipamentos por diversos setores.

3.4.4.4. Responsáveis pela implementação das medidas.

Os responsáveis pela implementação das medidas para tratar as deficiências oriundas da falta de pessoal foram o Superintendente da 10ª SRPRF/BA, a chefe da Seção Administrativa Financeira, o chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização, o chefe da Seção de Recursos Humanos e os Chefes das Delegacias.

Os responsáveis pela implementação das medidas adotadas com o escopo de sanar as deficiências referentes à falta de viaturas foram o Superintendente da 10ª SRPRF/BA, a Chefe da Seção Administrativa Financeira, a Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização, o gestor dos contratos de manutenção de viaturas e os chefes das Delegacias.

Os responsáveis pela implementação das medidas adotadas com o escopo de sanar as deficiências alusivas à falta de equipamentos e de espaço para arquivo de documentos e processos foram o Superintendente da 10ª SRPRF/BA, os Chefes da Seção Administrativa Financeira, da Seção de Policiamento e Fiscalização, da Seção de

Corregedoria, da Seção de Recursos Humanos e do Núcleo de Protocolo e Documentação.

3.4.5. Transferências de recursos: Não houve

3.4.6. Projetos e programas financiados com recursos externos: Não houve

3.4.7. Projetos e instituições beneficiados com renúncia fiscal: Não houve

3.4.8. Detalhamento da execução orçamentária: (conforme **Anexo III**)

3.4.9. Gastos com cartão de crédito

3.4.9.1. Total de despesas realizadas mediante o uso de cartões de crédito: Não houve

3.4.9.2. Total de saques realizados mediante o uso de cartões de crédito: não houve

3.4.9.3. Série histórica de gastos com cartões de crédito, considerados o exercício a que se referem as contas e os dois exercícios anteriores: não houve

3.5. Gestão Operacional

3.5.1. Ações Operacionais Desenvolvidas

Fundamentando-se nos eixos estratégicos traçados pelo Programa de Governo *Segurança Pública nas Rodovias Federais*, a 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal tem como prioridade assegurar a livre circulação nas rodovias federais da Bahia, exercendo as atribuições de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação.

Neste sentido, a delimitação do trabalho operacional da Unidade se norteia pelos dados e fatores ligados ao tráfego de veículos, tais como a frota, os movimentos sociais e econômicos, a criminalidade, dentre outros, dentro do espectro das rodovias federais, visando ações que possibilitem o alcance das metas e indicadores do Programa.

A preservação da integridade física e patrimonial do usuário é também o foco da atividade de segurança pública desempenhada por esta Regional, mediante atuações permanentes exercidas através das Delegacias e Postos, aliadas às Operações Especiais coordenadas pelo Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização-SEPOF.

Essas Operações coordenadas são decorrentes de trabalhos de monitoramento, análise de dados estatísticos, pontos críticos e informações de inteligência, sendo por algumas vezes integradas com ações de outros Órgãos.

A existência de um instrumento de informação constante, contendo as principais atuações operacionais desempenhadas pelos Policiais Rodoviários Federais em todo o estado, permite uma elevação do nível de eficiência e de eficácia em relação ao cumprimento das metas traçadas.

Os dados abaixo representam a consolidação dos relatórios do exercício de 2006 e demonstram os resultados alcançados nas ações operacionais desenvolvidas por todas as Delegacias e Postos desta Superintendência.

I. Acidentes registrados	2005	2006
Total de ocorrências registradas	6.251	6.114
Nº de acidentes c/ vítimas	2.256	2.341
Nº de acidentes s/ vítimas	3.995	3.773
Nº de feridos	4.078	4.304
Nº de mortes	493	487

II. Número de ações operacionais coercitivas realizadas:	
Atividades realizadas	2006
Total de veículos fiscalizados	397.598
Total de Al's extraídos	92.355
CNH's recolhidas	1.514
Veículos recuperados	186
Operações especiais	49
Operações eventuais	28
Operações integradas de segurança pública	13
Operações conjuntas com outros Órgãos	199
Operações de férias e feriados	24
Operações regionais	11
Operações de reforço de policiamento	27
Operações emergenciais	18
Operações de apoio a outros Órgãos	129
Comandos médicos	36
Comandos de controle de velocidade	Comando diário

III. Apreensões de drogas			
Drogas	Unidade	2005	2006
Anfetaminas	Caixa	1.600	06
Cocaína	g	12.450	47.304
Lança-perfume	Frasco	0	0
Maconha	Kg	362.277	407.621

IV. Apreensões de contrabandos / descaminho			
Contrabando	Unidade	2005	2006
Bebida	Litros	01	2.340
Cigarro	Pacote	71.544	14.854
Eq. de informática / Eletrônicos	Unidade	05	15
CD	Unidade	8.786	55.373

V. Apreensões de pessoas			
Pessoas	Unidade	2005	2006
Detidas	Unidade	564	1.272
Menores recolhidos	Unidade	25	73

VI. Apreensões de produtos – fiscalização ambiental		
Produto	Unidade	2006
Peixes	Kg	-
Madeira	M ³	645
Carvão	M ³	2.044
Animais silvestres	Unidade	455

VII. Patrulhamento ostensivo da malha rodoviária						
Mês	Combustível	Taxa Adm.	Qte de Transações	Veículos cadastrados	Veículos abastecidos	Km rodada
Jan	R\$ 91.395,00	R\$ 6.209,00	785	165	102	285.458
Fev	R\$ 78.498,00	R\$ 5.720,00	724	135	87	265.602
Mar	R\$ 94.082,00	R\$ 6.178,00	782	139	87	524.456
Abr	R\$ 95.484,00	R\$ 6.502,00	823	138	96	291.359
Mai	R\$ 86.374,00	R\$ 6.107,00	773	134	87	284.313
Jun	R\$ 86.654,00	R\$ 6.028,00	763	125	89	277.262
Jul	R\$ 84.823,00	R\$ 6.217,00	787	127	94	283.595
Ago	R\$ 103.612,00	R\$ 6.920,00	876	129	96	322.591
Set	R\$ 97.552,00	R\$ 6.431,00	814	134	102	312.407
Out	R\$ 108.573,00	R\$ 6.525,00	825	137	104	312.606
Nov	R\$ 96.449,00	R\$ 6.676,00	845	126	83	301.934
Dez	R\$ 95.148,00	R\$ 7.221,00	914	136	94	313.814
Total	R\$ 1.116.644,00	R\$ 76.733,00	9.711	1.625	1.121	3.775.397

Observação: Planilha confeccionada pelo Núcleo de Serviços Gerais da 10ª SPRF/BA.

VIII. Operações realizadas pela 10ª SRPRF/BA			
Operação Segurança Ambiental II	100 PRF	Fiscalização de veículos de transporte de produto perigoso.	Foram fiscalizados 1.110 veículos e emitidas 1.035 notificações. Tais dados representam o sucesso da operação.
Operação Ano Novo	600 PRF	Fiscalização do trânsito com foco na Redução do número de acidentes.	Manutenção da fluidez do trânsito com a conseqüente segurança para os usuários das rodovias, controlando os acidentes.
Operação Carnaval	600 PRF	Fiscalização do trânsito e Combate à criminalidade.	Como resultado expressivo da operação, houve uma grande redução de 73%, no número de mortos em relação ao mesmo período do ano de 2005.

Operação São João	600 PRF	Fiscalização do trânsito e Combate à criminalidade.	Houve um significativo resultado no combate ao crime com a elevação de 150% no número de veículos recuperados, provenientes da modalidade roubo/furto.
Operação Férias de Verão	600 PRF	Fiscalização do trânsito e Combate à criminalidade.	Como resultado expressivo na operação, houve redução de 10%, no número de acidentes e de 39% o número de mortos em relação ao mesmo período do ano de 2005.
Operação Laço Forte	04 PRF	Apoio Operacional a Vaquejada de Serrinha.	02 pessoas presas Portado Drogas e cocaína
Operação Selva Bruta	07 PRF	Combate à criminalidade Ambiental.	04 gaiolas, 02 armadilhas, 04 pássaros silvestres apreendidos, 04 presos- Quadrilha de Estelionatários aplicavam Golpes em agencias bancarias.
Operação Presença	06 PRF	Combate à criminalidade	300 CD's Piratas apreendidos , 03 presos e 02 armas.
Operação Fantasma	06 PRF	Combate à criminalidade Ambientais	01 Preso por dirigir embriagado, 01 veículo recuperado 01 preso, 04 trabalhadores de carvoaria clandestina presos.
Operação Ciclística interna Feira de Santana	20 PRF	Segurança	Não houve ocorrência de acidente
Operação Urânio I	06 PRF	Escolta	Não houve ocorrência de acidente
Operação Urânio II	06 PRF	Escolta	Não houve ocorrência de acidente
Batedor	12 PRF	Escolta	Não houve nenhum incidente
Operação São Bento	04 PRF	Segurança	Escolta de trabalhadores escravos
Operação Alçapão	12 PRF	Combate a Assalto a ônibus	20.000 litros de combustível clandestino armazenado em um Galpão
Operação Som Legal	50 PRF	Combate a Pirataria	26.000 CD/DVS, 90 maquina Cata Níquel e 51 pessoas detidas.
Operação Giroflex	12 PRF	Combate a Criminalidade	Prisão da quadrilha
Operação Pirata	16 PRF	Combate a criminalidade	Falsificação de bebidas

3.5.2. Análise crítica dos resultados operacionais alcançados frente às metas estabelecidas:

I. Melhoria das condições de trabalho no exercício de 2006:

Malgrado as limitações de ordem orçamentária, pode-se dizer que no ano de 2006 foram implementadas melhorias nas condições de trabalho dos servidores da 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal. Com efeito, além da aquisição de novos veículos que oferecem mais segurança para os policiais, também a reforma de muitos postos garantiu um ambiente de trabalho mais saudável.

II. Previsão de melhorias a serem implementadas:

Para o exercício de 2007 podemos destacar alguns fatores que contribuirão para a melhoria das condições de funcionamento da 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal. A construção de novos Postos PRF e a realização de reformas nos Postos que não foram reformados no ano de 2006, indubitavelmente, irá atender e proporcionar segurança à sociedade. Outrossim, aquisição de novas viaturas operacionais permitirá uma renovação da frota, que ainda apresenta veículos antigos.

III. Análise crítica dos resultados alcançados:

A 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal ao longo do ano de 2006 desenvolveu trabalhos nas mais diversas áreas, promovendo ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de acidentes nas rodovias, combatendo os mais diversos tipos de crimes, atuando na preservação do meio ambiente entre outros.

Intensificou o combate ao tráfico de drogas, com apreensões de 407.621Kg de maconha, 1109g de Crack e 47.304g de cocaína.

O combate ao contrabando, descaminho e pirataria, ação de interesse do Governo Federal e de toda a sociedade brasileira, também é alvo de atuação da 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal, que apreendeu em 2006, 55.373 unidades de CD's, DVD's e VHS falsificados. Comparado com o mesmo período de 2005, em que foram apreendidas 8.786 unidades, fica evidenciada a intensificação da fiscalização. O combate sistemático à pirataria é um esforço que busca proteger a economia, a indústria e a cultura brasileira.

Houve de maneira mais intensiva a preservação do meio ambiental através da fiscalização onde foram apreendidos 645m³ de madeira, 2044m³ de carvão e 455 animais silvestres.

IV. Conclusão:

A 10ª SPRF/BA realizou em 2006, através da orientação da SEPOF, 72 operações nacionais voltadas para fiscalização de trânsito, combate ao tráfico de seres humanos e à prostituição infanto-juvenil, promoção da segurança ambiental, combate ao narcotráfico e outros ilícitos penais.

Com isso, a 10ª Polícia Rodoviária Federal se fez ainda mais presente no cotidiano dos usuários das rodovias federais, vigilante em todo território do estado, com seu efetivo distribuído em 26 pontos fixos, 24 horas por dia, trabalhando para preservar a vida. Nesse período, muitas pessoas foram socorridas por equipes da PRF, por terra ou por ar, por meio de resgate rodoviário ou aeromédico.

A presença dos Policiais no ano de 2006 se traduz pelos números: 397.598 veículos fiscalizados, 92.355 notificações, 1.514 Carteiras de Habilitação apreendidas e 186 veículos recuperados. Todas essas ações com o objetivo principal de defender e proteger a coletividade, visam contribuir para que a dignidade humana seja preservada, respeitando assim os direitos e deveres constitucionais.

3.6. Assistência à saúde, Resgate e Socorro nas Rodovias e Estradas Federais

3.6.1. Assistência à saúde dos servidores

I. Prosserv – Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável:

Conforme a OMS, toda Instituição deve promover a saúde de seus servidores. É nessa hora que devemos ser cautelosos para não sermos omissos e contribuirmos com o percentual de “problemas”. É nosso dever cuidar da saúde de nossos servidores.

Mesmo que de forma precária, o PROSSERV está começando a contribuir para um futuro melhor, onde os problemas de saúde serão tratados com a atenção devida.

II. Atendimento ao servidor:

Foram prestados auxílios aos servidores e familiares com problemas de saúde, na busca de tratamento, bem como, o acompanhamento daqueles que estiveram internados.

O Serviço Social está em constante contato com a Superintendência Regional da GEAP e participa do Conselho GEAP, com sugestões e consultoria em relação às modificações e melhoria no atendimento aos usuários.

III. Perícias realizadas:

Operacionalização de aproximadamente 132 perícias/atendimentos a servidores e pensionistas desta Regional para isenção de Imposto de renda. As perícias contam com parceria feitas através de convênios com outros órgão e Junta Médica Nacional.

IV. Transporte hospitalar:

Foram realizados transportes hospitalares pela Assistência Social desta Superintendência.

3.6.2. Resgate e Socorro nas Rodovias e Estradas Federais:

I. APH e Resgate:

Foram realizados vários atendimentos pré-hospitalares. Tais atividades vêm sendo desenvolvidas por meio de convênios com o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).

Referido convênio, assinado entre o DPRF e o Ministério da Saúde em 2004, tem como objetivo oferecer à sociedade serviço de APH e resgate aos acidentados e

demais urgências/emergências, sob regulação médica, à rede Assistencial do SUS, observadas as prioridades institucionais.

O acordo envolve o repasse pleno mensal de R\$ 1.454.500,00 e o repasse pleno anual de R\$ 17.454.000,00. Para tanto, as obrigações do DPRF são: disponibilizar ambulâncias e aeronaves, abastecimento periódicos das unidades, fornecer instalações físicas e meios de comunicação existentes, associar a logomarca SAMU-192, promover educação continuada conjunta, repor a frota e material permanente conforme disponibilidade financeira. As obrigações do Ministério da Saúde são: repasse mensal de R\$ 6.250,00 para cada ambulância de Suporte Básico de Vida, R\$ 13.250,00 para cada ambulância de Suporte Avançado de Vida e R\$ 34.500,00 para cada unidade de Suporte Avançado Aéreo, promover educação continuada conjunta, fornecer equipe de saúde complementar, limpeza e desinfecção das unidades, fornecer os protocolos de atendimento, emissão de relatórios, reposição de material permanente e de consumo.

A implantação e operacionalização do convênio começou em 2004 e teve um bom aproveitamento no ano de 2006. Temos 06 (seis) Convênios firmados entre os Municípios de Alagoinhas/Ba, Vitória da Conquista/Ba, Eunapólis/Ba, Itabuna/Ba, Jequié/Ba e Salvador/BA, e a União, por intermédio da 10ª SPRF/BA, com o repasse de R\$ 6.250,00 por Convênio. Vale ressaltar, todavia, que não houve repasse a esta Superintendência de Orçamentário em 2006, oriundo do Ministério da Saúde, referente à execução dos supracitados convênios.

Tem-se verificado alguns empecilhos para a efetivação ágil e completa do convênio SAMU-DPRF. São eles:

- Questões políticas;
- Recursos humanos (motoristas, médicos e socorristas capacitados e disponíveis);
- Viaturas com problemas;
- Localidades onde o SAMU ainda não foi instalado;

Recebimento de Material para APH pelo DPRF: 01 Aparelho Desfibrilador para equipar a viatura de resgate, visando um atendimento a urgências/emergências mais eficaz à sociedade;

II. Palestras e cursos:

Palestra:

- Palestra sobre Atendimento Pré-hospitalar para os Servidores do NOE(Núcleo de Operação Especiais).

Comando de saúde preventivo:

Os Comandos de Saúde Preventivos são campanhas de cunho preventivo e educativo, realizadas em parceria com os Municípios, dirigidas aos profissionais do volante no âmbito das rodovias federais. Nelas, por amostragem, solicita-se a participação voluntária de condutores profissionais em trânsito. Em sendo detectadas alterações em relação aos parâmetros de obesidade, força manual, hipertensão, hiperglicemia, hipercolesterolemia, acuidade visual imprópria, aplicação de fluo etilismo, tabagismo, carga horária trabalhada em excesso e utilização de medicamentos impróprios, os condutores recebem orientação adequada por profissionais da saúde,

podendo, nos casos mais graves, serem conduzidos às unidades de saúde locais, evitando-se, desta forma, a ameaça à segurança própria e a dos demais usuários da rodovia.

Considerando que no seio da etiologia dos acidentes de trânsito em nossas rodovias, constata-se o envolvimento precípua de motoristas profissionais; considerando que, em estudo piloto, verificaram-se percentuais consideráveis de alterações fisiológicas entre os mesmos, o que prejudica a segurança no trânsito; considerando ainda o fato de que exames periódicos isolados são realizados pelos DETRAN'S regionais somente a cada três ou cinco anos, por ocasião da renovação da CNH, conforme o Art. 147 § 2º do CTB, os Comandos de Saúde Preventivos se tornam imprescindíveis para reduzir o número de acidentes de trânsito.

Estes comandos têm abrangência regional e o público alvo são os motoristas que possuem carteira de habilitação nas categorias C, D e E, notadamente aqueles que realizam transporte de cargas e interestadual de passageiros.

Objetivos:

- Detectar e alertar sobre alterações em parâmetros de saúde que poderão prejudicar e/ou impedir a condução de veículos por profissionais do trânsito;
- Educativo e cívico, haja vista a gama de informações adicionais correlatas à saúde e ao trânsito, que podem ser instituídas concomitantemente;
- Indicador estatístico acerca do perfil de saúde da população usuária específica (motoristas profissionais);
- Redução de acidentes, etc.

Foram realizados aproximadamente 10 eventos distribuídos pelas 10 Delegacias desta Regional em toda Bahia, destinados à aferição da saúde e educação de motoristas profissionais, tendo sido atendidas aproximadamente 750 pessoas.

Os Comandos de Saúde Preventivos são realizados a cada três meses, por no mínimo quatro horas, conforme definição das Delegacias, preferencialmente em locais de grande fluxo de veículos e em antecedência a datas festivas.

Anualmente os acidentes de trânsito deixam mais de 350 mil pessoas feridas e 30 mil mortos resultando num custo social direto anual estimado da ordem de 10 bilhões de reais, segundo estudos recentemente concluídos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, maculando sobremaneira a imagem nacional.

Campanhas sócio-educativas possuem elevado valor cívico e são bem-vindas, na medida em que se coadunam com a necessidade premente de reforçarmos as ações promotoras de redução de acidentes de trânsito no âmbito da sociedade brasileira. Como dever de todos, não poderíamos concebê-las sem a participação de órgãos colaboradores dos mais variados matizes, que ao final têm a sua cidadania certificada.

Aos profissionais do transporte rodoviário, a oportunidade para a avaliação dos fatores de risco (parâmetros de saúde alterados) é ímpar, dado à característica peculiar da profissão que muitas vezes não lhes oferta possibilidades econômico-temporais de manter os cuidados indispensáveis à própria saúde.

A certificação, através de selo adesivo alusivo ao evento, aos profissionais do transporte em que não foram encontrados fatores de risco, os homenageia e os incentiva ao cultivo permanente à boa saúde e ao semeio dos conhecimentos adquiridos ao longo das rodovias.

3.6.3. Análise dos resultados alcançados:

I. Condições de trabalho no exercício de 2006:

No ano de 2006, houve aumento do efetivo de policiais na atividade fim, o que melhorou a situação de trabalho. Porém ainda falta contingente capacitado para atuar na área de resgate a vítimas. Outrossim, a falta de Orçamento dificultou um atendimento com mais eficácia, tanto para os usuários como para os servidores.

II. Previsão de melhorias a serem implementadas no exercício de 2007:

Aquisição de novas ambulâncias de suporte avançado de vida, novos materiais e equipamentos como desfibriladores, materiais médico-hospitalares, ventiladores para respiração artificial de acidentados graves, estetoscópios e esfigmomanômetros, balança antropométrica, fitas para exame de glicose e triglicerídeos.

Realização de parceria com SAMU nas cidades onde ainda não existe, para que as atividades de resgate nas rodovias tenham maior possibilidade de sucesso.

III. Análise crítica dos resultados alcançados:

Dentro dos objetivos almejados no planejamento muitas atividades conseguiram êxito e outras foram severamente obstaculizadas, impedindo a execução completa dos objetivos.

PROSSERV - não obteve recursos disponibilizados para sua execução, limitando sua ação e abrangência. Trata-se de um programa eficaz, mas devido à insuficiência de recursos financeiros e humanos não pode ser eficiente e não atingiu muitos servidores, perdendo efetividade. A expectativa para 2007 é de mais apoio para a atividade

Atendimento aos servidores – no ano de 2006 houve restrições para uma eficiência completa no atendimento dos servidores, dada a carência de médicos, a falta de uma área determinada para os atendimentos (consultório apropriado), falta de materiais de consumo médico-hospitalares (EPI's, medicamentos, entre outros). Também a mudança de plano de Saúde que ocorreu em virtude da extinção do contrato com a GEAP, trouxe insegurança aos servidores. Ainda assim, no entanto, os problemas dos servidores foram sendo paulatinamente resolvidos.

Perícias realizadas – esta é outra área em crescimento, por causa do aumento do efetivo de policiais, que necessita de mais recursos humanos e financeiros. Em 2006, a junta médica compareceu a esta Superintendência em dois períodos, sendo de fundamental importância para a realização dos exames e homologações de atestados dos servidores, isenção, avaliação de relatórios e propostas de aposentadorias. A

eficiência dos atendimentos foi prejudicada devido às instalações precárias para tal atendimento. Assim, espera-se com urgência o concurso administrativo para admissão de médicos e assistentes sociais, como forma de ampliar a efetividade desta atividade. Ainda foram realizadas perícias admissionais de candidatos do concurso da ANTT, através de convênio firmado entre o DPRF e a ANTT.

APH e Resgate – esta atividade é imprescindível, pois atua atendendo aos usuários das rodovias federais diuturnamente, e até mesmo em situação de emergência, fora deste âmbito, com o escopo de atender à coletividade em estado de perigo. Conta com um orçamento limitado em relação à demanda de trabalho. A precariedade de recursos materiais e humanos dificulta a eficiência da atividade e limita a eficácia da mesma. Quanto à gestão dos recursos, este ano não foi disponibilizada verba específica para o atendimento pré-hospitalar.

Ensino e treinamento – Não houve.

Comandos de Saúde Preventivos – os 04 (quatro) comandos realizados durante o exercício de 2006 alcançaram resultados satisfatórios.

IV. Conclusão:

De maneira geral, pode-se concluir que os objetivos concernentes à assistência à saúde, resgate e socorro nas rodovias federais, em 2006 foram alcançados. Houve durante o ano uma melhoria considerável no desempenho das atividades em relação ao exercício financeiro de 2005.

Com efeito, os Convênios firmados com o Ministério da Saúde, com alguns Municípios e a implementação do Serviço Móvel de Atendimento de Urgência possibilitou uma melhoria considerável no atendimento pré-hospitalar, aumentando o índice de êxito nas atividades. Do mesmo modo, os comandos de saúde preventivos causaram uma repercussão muito boa junto aos condutores, melhorando sobremaneira a imagem da Polícia Rodoviária Federal de instituição comprometida com a segurança no trânsito.

Em relação ao atendimento dos servidores, impende ressaltar que, malgrado a instabilidade do Convênio com a GEAP ter causado alguma insegurança, foi fornecido apoio aos servidores para que escolhessem novos planos de saúde. Por outro lado, as perícias realizadas foram de vital importância na rotina dos servidores.

No que tange às deficiências constatadas, faz-se mister salientar que a falta de recursos prejudica a melhoria desse serviço público. A carência de recursos materiais e humanos, em decorrência da grande malha rodoviária, acaba sendo um dos principais empecilhos à melhoria das atividades.

3.7. Gestão de Modernização

3.7.1. Adequação física e estrutural

No que tange aos aspectos de adequação das instalações físicas e de infraestrutura, foram executados nesta Regional, no exercício de 2006, entre investimentos e serviços, cerca de R\$ 110.000,00 (cem e dez mil reais) com reforma dos Postos de Feira de Santana, Capim Grosso, Senhor do Bonfim, Ribeira do Pombal, Paulo Afonso, Vitória

da Conquista, Barreiras, Seabra e Ibotirama. Ademais, foi realizada a troca de piso de algumas salas da Sede e houve uma reforma no telhado. Vale ressaltar que existem nesta Regional 26 Posto e 10 Delegacias.

3.7.2. Atualização tecnológica

Na área de Telecomunicações somente foi realizado um investimento no valor de 52.650,00 (cinquenta e dois mil seiscientos e cinquenta reais) devido à falta de orçamentário. Entrementes, diversas solicitações de orçamentário foram feitas no intuito de amenizar problemas que vêm prejudicando a comunicação entre as viaturas, Postos, Delegacias e Sede, o que afeta a segurança dos usuários e dos servidores. Na área de Informática recebemos do DPRF 10 impressoras Laser, 20 Monitores e 10 No-break's.

3.7.3. Análise crítica dos resultados alcançados

Na utilização dos recursos públicos, eficiência, eficácia e efetividade são metas primordiais para o norteamento dos projetos e processos. Vencer as dificuldades administrativas, infra-estruturais e de recursos humanos é o principal desafio das organizações.

Ao se analisar e avaliar os resultados obtidos especificamente nas ações de infra-estrutura física e tecnológica no exercício de 2006, a 10ª SRPRF/BA não teve um resultado satisfatório, devido à falta de repasse de orçamentário para garantia mínima de segurança nas rodovias.

O exercício de 2006, sob aspectos gerais, foi um ano difícil para esta Regional, principalmente para a área de tecnologia, comunicação e reformas prediais. Logo, podemos considerar que pouco se fez em 2006. Entrementes houve um esforço humano significativo para a melhoria dos processos e a implantação de uma gestão mais participativa e eficaz, mas fomos impedidos de realizar os projetos devido à falta de orçamentário e pessoal.

3.8. Capacitação

A capacitação profissional não só dá condições para o exercício pleno de determinadas categorias profissionais como também objetiva preparar o indivíduo para o melhor desempenho do trabalho, oferecendo a oportunidade de uma melhor adaptação ao meio em que desempenhará suas atribuições. Deveras, os servidores da 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal devem estar prontos, com postura, hábitos e atitudes condizentes às exigências de atuação nas rodovias federais da Bahia.

Nas atividades de capacitação profissional objetiva-se que os servidores se preparem tanto para as atividades operacionais como para as atividades auxiliares, oferecendo-lhes as possibilidades e alternativas de desempenho de suas atribuições, por meio de opções de atividades que correspondam à demanda atualizada da Instituição.

No processo de capacitação profissional é importante que se trabalhe as habilidades básicas, específicas e de gestão, ou seja, além de aprender especificamente a profissão de policial, o servidor será estimulado a exercitar sua capacidade de tomar

decisões, bem como o seu processo de desenvolvimento no trabalho e fortalecimento da organização.

No exercício de 2006 foram implementadas diversas ações de capacitação conforme se vê nos dados constantes abaixo.

3.8.1. Ações de capacitação realizadas

Ação	Nº servidores beneficiados	Recursos dispendidos (R\$)
Capacitação de servidores área meio	0	0
Capacitação de servidores área fim	161	4519,36
Formação de tutores	02	2.457,36
Formação de instrutores	03	2.429,40

*Incluído o custo de diárias, passagens para os instrutores e bolsa auxílio dos alunos.

3.8.2. Estrutura de Capacitação

A 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal dispõe da seguinte estrutura para capacitação de seus servidores:

Auditório e Estande de Tiro: 2 auditório e 1 Estande, assim distribuídos:

Auditório na sede da Superintendência : Salvador-BA

Auditório na sede na 1ª Delegacias : Simões Filho-BA

Estande de Tiro na 8ª Delegacia : Vitória da Conquista-Ba

3.8.3. Convênios firmados: não há convênios.

3.8.4. Melhoria das condições de trabalho em 2006: Não se verificou devido às restrições de ordem orçamentária.

3.8.5. Previsão de melhorias a serem implementadas em 2007

Celebração de convênios com Fuzileiros Navais, com a Universidade do Estado da Bahia-UNEB e promoção de cursos específicos por delegacia, aproveitando os instrutores nas suas lotações com escopo de reduzir custos.

Separação de responsável pela Capacitação à distância da presencial, principalmente para oferecer serviço de qualidade à população. Mas, para que haja eficácia e um resultado satisfatório se faz necessário liberação de recurso material e humano.

3.8.6. Conclusão

O Núcleo de Capacitação desenvolveu várias ações com o escopo de capacitar os policiais dentre as quais podemos destacar o Curso em Identificação

Veicular, Acidente e Levantamento do Local e Fiscalização de Transito,

Os cursos realizados por esta Superintendência ocorrem conforme a necessidade de serviço pertinente a cada Seção e Delegacia, sendo acompanhados pelo Capacitador interno e pela Coordenação de Ensino.

Por derradeiro, registra-se que foram realizadas palestras pelos servidores desta Regional, em outras instituições de natureza jurídica de direito publico e privada.

3.9. Gestão de Recursos Humanos

A força de trabalho da 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal é composta por servidores do Quadro de Pessoal Específico, em sua maioria ocupantes do Cargo NM 910001 (Policia Rodoviário Federal), servidores estatutários redistribuídos de outros Ministérios, bem como por pessoal terceirizado e estagiários.

Para manutenção da estrutura organizacional da 10ª SPRF/BA, os trabalhos são realizados pela Seção de Recursos Humanos, com execução diária, merecendo destaque para a análise da legalidade dos pleitos que consistem na verificação da legitimidade e legalidade das petições, dos processos relativos à concessão de benefícios e vantagens, de aposentadoria e pensões, bem como manutenção da folha de pagamento mensal.

No âmbito de sua competência regimental e em articulação com o Órgão Normativo do Sistema de Pessoal Civil do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, além de valer-se dos subsídios dos Pareceres advindos da Advocacia-Geral da União, a 10ª SRPRF/BA cumpre sua missão em perfeita sintonia com as normas legais vigentes.

3.9.1. Quadro de pessoal discriminado por unidade, área meio/fim, servidores efetivos/estagiários/terceirizados

A 10ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal conta, atualmente, com um quadro de 1.083 servidores, sendo que destes 643 estão em atividade, 290 aposentados, 01 cedido e 149 beneficiários de pensão. Dispõe, também, de um total de 36 estagiários dos quais 18 estão matriculados e cursando curso de nível superior e os demais, em escolas de nível médio. Os servidores ativos e estagiários são distribuídos da seguinte forma nas unidades administrativas desta Superintendência pelo Estado:

Sede - Salvador

- Gabinete da 10ª SRPRF
 - 03 PRF's – todos na área meio;
 - 03 servidores administrativos;
 - 02 estagiários.

- Seção de Policiamento e Fiscalização
 - 14 PRF's – 06 na área meio e 08 na área fim;
 - 01 servidor administrativo;

- 01 estagiário.
- Núcleo de Operações especiais
 - 12 PRF's – todos na área fim;
- Núcleo de Multas e Penalidades
 - 06 PRF's – todos na área meio;
 - 01 servidor administrativo;
 - 04 estagiários.
- Núcleo de Informática e Telecomunicações
 - 03 PRF's – todos na área meio;
 - 01 servidor administrativo;
 - 01 estagiário.
- Núcleo de Registro e Medicina Rodoviária
 - 02 PRF's – todos na área meio;
 - 01 estagiário.
- Seção Administrativa e Financeira
 - 05 PRF's – todos na área meio;
 - 05 servidores administrativos;
 - 02 estagiários.
- Núcleo de Orçamento e Finanças
 - 02 PRF's – todos na área meio;
 - 01 estagiário.
- Núcleo de Patrimônio e Material
 - 03 PRF's – todos na área meio;
- Núcleo de Documentação
 - 03 PRF's – todos na área meio;
 - 01 servidores administrativos;
 - 02 estagiários.
- Núcleo de Serviços Gerais
 - 02 PRF's – todos na área meio;
 - 03 servidores administrativos;
 - 01 estagiário;
 - 05 terceirizados.
- Corregedoria Regional
 - 04 PRF's – todos na área meio;
 - 01 estagiário.
- Núcleo de Assuntos Internos
 - 01 PRF – na área meio;

- Seção de Recursos Humanos
 - 02 PRF's – todos na área meio;
 - 03 servidores administrativos;
 - 02 estagiário.

- Núcleo de Administração de Pessoal
 - 02 PRF's – todos na área meio;
 - 01 servidor administrativo;
 - 01 estagiário.

- Núcleo de Capacitação e Legislação de Pessoal
 - 03 PRF's – todos na área meio;
 - 01 estagiário.

- Núcleo de Apoio Técnico
 - 05 PRF's – todos na área meio;
 - 02 estagiários.

- Núcleo de Comunicação Social
 - 02 PRF's – todos na área meio;
 - 01 estagiário.

- Núcleo de Inteligência
 - 04 PRF's – todos na área meio;

Delegacia 10/01 – Simões Filho

- 120 PRF's – 09 na área meio e 111 na área fim;
 - 02 servidores administrativos;
 - 03 estagiário;
 - 04 terceirizados.
-
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/01
 - 01 PRF – na área fim;

Delegacia 10/02 – Feira de Santana

- 54 PRF's – 01 na área meio e 53 na área fim;
 - 01 estagiário;
 - 02 terceirizados.
-
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/02
 - 01 PRF – na área fim;

Delegacia 10/03 – Jequié

- 45 PRF's – 01 na área meio e 53 na área fim;
 - 01 estagiário;
 - 02 terceirizados.
-
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/03
 - 01 PRF – na área fim;

Delegacia 10/04 – Senhor do Bonfim

- 35 PRF's – 01 na área meio e 34 na área fim;
- 01 estagiário;
- 02 terceirizados.

- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/04
 - 01 PRF – na área fim;

Delegacia 10/05 – Itabuna

- 54 PRF's – 01 na área meio e 53 na área fim;
- 01 servidor administrativo;
- 03 terceirizados.

- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/05
 - 01 PRF – na área fim;

Delegacia 10/06 – Seabra

- 42 PRF's – 01 na área meio e 41 na área fim;
- 03 terceirizados.

- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/06
 - 01 PRF – na área fim;

Delegacia 10/07 – Paulo Afonso

- 36 PRF's – 01 na área meio e 35 na área fim;
- 01 estagiário;
- 02 terceirizados.

- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/07
 - 01 PRF – na área meio;

Delegacia 10/08 – Vitória da Conquista

- 60 PRF's – 01 na área meio e 59 na área fim;
- 02 estagiários;
- 03 terceirizados.

- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/08
 - 01 PRF – na área fim;

Delegacia 10/09 – Eunápolis

- 63 PRF's – 01 na área meio e 62 na área fim;
- 01 servidor administrativo;
- 01 estagiário;
- 04 terceirizados.

- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/09
 - 01 PRF – na área fim;

Delegacia 10/10 – Barreiras

- 23 PRF's – 01 na área meio e 22 na área fim;

- 02 estagiários;
- 01 terceirizado.
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/10
 - 01 PRF – na área fim;

Totais

- **620 PRF's** – 76 na área meio e 544 na área fim;
- **24 servidores administrativos**;
- **36 estagiários**;
- **31 terceirizados.**

Informamos também, que no decorrer do ano de 2006 foram aposentados treze servidores desta regional e que faleceram outros seis, sendo que destes, um em atividade e os demais já aposentados.

3.9.2. Quadro de cargos comissionados distribuídos por unidades e área meio/fim

Sede - Salvador

- Gabinete da 10ª SRPRF
 - 01 - DAS 1013 – área meio;
- Seção de Policiamento e Fiscalização
 - 01 - FG I – área meio;
- Núcleo de Operações especiais
 - 01 - FG III – área fim;
- Núcleo de Multas e Penalidades
 - 01 - FG III – área meio;
- Núcleo de Informática e Telecomunicações
 - 01 - FG III – área meio;
- Núcleo de Registro e Medicina Rodoviária
 - 01 - FG III – área meio;
- Seção Administrativa e Financeira
 - 01 - FG I – área meio;
- Núcleo de Orçamento e Finanças
 - 01 - FG III – área meio;
- Núcleo de Patrimônio e Material
 - 01 - FG III – área meio;
- Núcleo de Documentação
 - 01 - FG III – área meio;

- Núcleo de Serviços Gerais
 - 01 - FG III – área meio;
- Corregedoria Regional
 - 01 - FG I – área meio;
- Núcleo de Assuntos Internos
 - 01 - FG III – área meio;
- Seção de Recursos Humanos
 - 01 - FG I – área meio;
- Núcleo de Administração de Pessoal
 - 01 - FG III – área meio;
- Núcleo de Capacitação e Legislação de Pessoal
 - 01 - FG III – área meio;
- Núcleo de Apoio Técnico
 - 01 - FG III – área meio;
- Núcleo de Comunicação Social
 - 01 - FG III – área meio;
- Núcleo de Inteligência
 - 01 - FG III – área meio;

Delegacia 10/01 – Simões Filho

- 01 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/01
 - 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/02 – Feira de Santana

- 01 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/02
 - 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/03 – Jequié

- 01 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/03
 - 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/04 – Senhor do Bonfim

- 01 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/04
 - 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/05 – Itabuna

- 01 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/05
 - 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/06 – Seabra

- 01 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/06
 - 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/07 – Paulo Afonso

- 01 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/07
 - 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/08 – Vitória da Conquista

- 601 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/08
 - 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/09 – Eunápolis

- 01 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/09
 - 01 - FG III – área fim;

Delegacia 10/10 – Barreiras

- 01 - FG II – área meio;
- Núcleo de Policiamento e Fiscalização 10/10
 - 01 - FG III – área fim;

Totais

- **01 DAS 1013** – área meio;
- **04 FG I** – área meio;
- **10 FG II** – área meio;
- **24 FG III** – 13 área meio e 11 área fim.

3.9.3. Quantitativo de pessoal cedido e requisitado, com o detalhamento dos valores pendentes de ressarcimento e providências adotadas

Servidores Cedidos – 01.

Como o ônus da cessão foi para o órgão cedente, não há qualquer valor pendente de ressarcimento.

3.9.4. Concessão de Benefícios

Benefício	Servidores beneficiados	Recursos dispendidos
Auxílio natalidade	16	5.400,00
Auxílio transporte	226	91.283,45
Auxílio pré-escola	179	186.184,00
Auxílio alimentação	655	985.339,62
Assistência à saúde	566*	446.530,00

* total apenas de servidores. O total de beneficiados, entre servidores e seus dependentes, é de 2038 pessoas.

3.9.5. Controle e acompanhamento de folha de pagamentos

Benefício	Servidores beneficiados	Recursos dispendidos
Adicional por tempo de serviço – servidor ativo	399	148.548,66
Adicional por tempo de serviço – servidor aposentado	287	319.214,69
Adicional noturno	491	1.001.493,29
Férias (1/3 constitucional)	674	1.181.929,86
Licença gestante	00	--
Licença prêmio por assiduidade	06	--
Afastamento para casamento	10	--

* o quantitativo de servidores beneficiados com o 1/3 de férias supera o quadro atual dos servidores em atividade nesta regional em virtude de remoções e dos servidores que gozaram em 2006 férias referentes ao exercício de 1995, conforme processo nº 08.655.002.552/2006.

Folha de pagamentos – normal (ativos e aposentados)

Mês	Servidores Beneficiados	Recursos dispendidos
Janeiro	864	5.279.669,37
Fevereiro	863	5.449.189,81
Março	870	5.328.962,54
Abril	870	5.745.979,07
Maio	870	5.566.533,39
Junho	908	7.391.152,11
Julho	927	5.944.955,60

Agosto	944	6.766.975,97
Setembro	937	6.500.948,97
Outubro	936	6.457.820,72
Novembro	932	12.708.766,58
Dezembro	933	7.218.767,00

Folha de pagamentos – normal (Instituidores de pensão)

Mês	Instituidores de pensão	Recursos dispendidos
Janeiro	94	557.906,79
Fevereiro	95	568.339,43
Março	96	564.903,26
Abril	96	588.438,60
Maio	95	581.585,34
Junho	94	872.717,88
Julho	95	582.784,70
Agosto	96	669.430,40
Setembro	96	660.374,77
Outubro	98	685.144,99
Novembro	98	1.344.864,55
Dezembro	98	671.085,65

3.9.6. Informação sobre encaminhamento ao órgão de controle interno das informações sobre os atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, admissão e desligamento.

Informamos que esta regional é responsável apenas pela instrução destes processos. Seu encaminhamento ao órgão de controle interno é realizado pela CGRH/DPRF/MJ em Brasília.

3.9.7. Pagamento de diárias: demonstrar os dispêndios com diárias relacionando, em especial, os valores pagos concernentes à diárias iniciadas no final de semana (incluindo a sexta-feira e excluindo o domingo) ou feriado, com detalhamento de beneficiário, local de destino, objetivos, motivação e resultados do deslocamento.

Informações conforme Planilha constante no **Anexo IV**.

3.10. Gestão Administrativa

3.10.1. Contratações realizadas na 10ª SPRF/BA

I. Principais contratações efetivadas

Modalidade de Licitação	Objeto	Quantidade contratada	Valor estimado	Valor contratado	Economia	
					R\$	%
Pregão Presencial	Fornecimento de passagens aéreas	Estimada	3,52% (desconto)	4,08% (desconto)	0,56% (diferença entre o desconto estimado e o desconto contratado)	15,9%
Pregão Eletrônico-SRP	Aquisição de café e açúcar	1.770 kg de café/ 3.300 kg açúcar	9,02/2,22	6,60/1,80	4.283,00/1.386,00	26,83%/23,33%
Pregão Eletrônico	Viaturas administrativa	2	52.796,00	51.300,00	1.496,00	6.56%
Pregão Eletrônico-SRP	Aquisição Água Mineral	6.180	20.807,20	33.765,60	12.958,40	(62.28%)*
*Conforme consta no processo administrativo nº 08.655.001.439/2006, no pregão nº 03/2006 foram aceitas as propostas para os itens 2 a 11, que apresentaram lances moderadamente superiores aos valores estimados, compatíveis aos preços praticados no mercado local, em virtude de a estimativa ter se baseado exclusivamente nos preços praticados no município de Salvador, não levando em consideração a diferença em relação aos preços dos outros municípios e os custos para transporte e entrega no interior do Estado, motivo pelo qual o valor contratado foi superior ao estimado. Vale ressaltar, ademais, que os Postos e as Delegacias são localizados nas rodovias, em pontos afastados dos centros urbanos.						
Pregão Eletrônico	Contratação de Empresa p/ manutenção de ar condicionado	1	20.854,03	17.300,00	3.554,03	17,04%
Pregão Eletrônico	Contratação de empresa para serviços de chaveiro	1	5.078,73	4.950,00	128,73	2,53%
Pregão Eletrônico	Reforma Predial	10	130.496,95	97.098,98	33.397,97	25,59%
Pregão Eletrônico SRP	Aquisição de Cones para sinalização	500	58.475,00	24370,00	34.105,00	58,32%
Pregão Eletrônico-SRP	Aquisição de Material de expediente	100	238.771,60	207.668,72	31.102,88	13,03%

Obs: Nos pregões realizados por meio do sistema de registro de preços (SRP), impende salientar que a quantidade estimada ainda não foi totalmente adquirida.

II. Total de contratações por modalidade de licitação

10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal	
Modalidade de licitação	Quantidade
Pregão Eletrônico	08
Pregão Presencial	01
Concorrência	0
Tomada de Preços	0
Dispensa	18
Inexigibilidade	04
Pregão eletrônico-Participante	01
Total de Processos em 2006	32

3.10.2. Gestão do suprimento de bens e serviços;

Vide **Anexo IX**.

3.10.3. Demonstrativo contendo informações relativas às ocorrências de perdas, extravios ou outras irregularidades em que o dano foi imediatamente ressarcido;

Vide **Anexo V**.

3.11. Planejamento Institucional

3.11.1. Plano Gerencial 2006

Como exigência dentro da estrutura de planejamento em funcionamento no Governo Federal, atendendo à Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004 e ao Decreto nº 5.233, de 06 de outubro de 2004, a 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal/BA, realizou para 2006 um Plano Gerencial (**Anexo VI**) que teve como objetivo buscar eficácia e eficiência na tomada de decisões, sendo um instrumento de orientação, implementação, monitoramento, avaliação e revisão do Programa Segurança Pública nas Rodovias Federais com base no princípio da legalidade e moralidade– PPA 2004-2007.

A estrutura de formatação do plano foi feito com base nas necessidades do Gabinete, Núcleo, Seção, Delegacia e dos usuários das Rodovias Federais, com:

- Objetivo – Resultado a serem alcançados; Possibilitam o desdobramento de metas.
- Indicador – Indica os nº que permitam a mensuração dos objetivos, quando cumpridos.
- Metas – Período, tempo de execução dos passos para a conclusão do objetivo.
- Plano de Ações – Desdobramento das medidas para atingir metas.
- Previsão Orçamentaria – Valor médio correspondente a cada ação.

3.11.2. Análise da execução do planejamento do exercício 2006.

A execução do orçamentário e financeiro, disponibilizado através da Lei Orçamentária Anual de 2006 – LOA2006, repassado pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal, foi feita de maneira harmoniosa, atendendo às demandas por ordem de prioridade, através da identificação dos problemas enfrentados principalmente na aérea fim.

No que se refere à execução deste planejamento, pode-se avaliar que ainda há muito o que se fazer para alcançar um melhor resultado. Quanto aos aspectos de execução financeira, os resultados não foram totalmente satisfatórios, devido à falta de orçamentário e financeiro. O atendimento de muitas demandas da instituição não ocorreu ou ocorreu precariamente. Esta situação provocou um desequilíbrio no planejamento, ocasionando a insatisfação de algumas áreas dentro da estrutura organizacional.

Um aspecto positivo do planejamento de 2006 foi a democratização dentro da hierarquia, sendo que todos compartilharam e decidiram juntos, atribuindo prioridades e participando dos trâmites dos processos.

3.12. Gestão correicional

3.12.1. Apuração de denúncias recebidas: número do processo, fato denunciado e providências adotadas. Vide Anexo VII.

3.12.2. Análise da consecução das atividades correicionais (abordar dados do relatório de correição). Vide Anexo VII.

3.13. Processos de controle.

3.13.1. Atuação do Tribunal de Contas da União.

No exercício de 2006 não houve determinação do Tribunal de Contas da União.

3.13.2. Atuação da Secretaria Federal de Controle Interno.

Não há.

3.14. Conclusão

A realidade sócio-econômica é marcada por tensões sociais, inovações tecnológicas, novas estruturas organizacionais e também pela ascensão da criminalidade, conflitos sociais e o conseqüente nervosismo fruto deste contexto de inseguranças, que gera uma nova relação entre o Estado, a sociedade e os indivíduos. Neste cenário de mudanças e riscos, as organizações policiais têm de reestruturar seus processos gerenciais e suas metas estratégicas, que são cuidadosamente planejadas, orçadas, controladas e acompanhadas em sua execução e avaliação.

Os gestores, que objetivam dar maior eficiência e eficácia ao agregar valores aos resultados operacionais do programa, persistem no objetivo social de primeiro satisfazer às demandas por segurança e restauração do equilíbrio de convivência harmônica, regulado pelos direitos de manutenção da propriedade e integridade física. Neste sentido, as instituições de segurança são obrigadas a se adaptar às exigências da sociedade, com contínua renovação de seus métodos operacionais e sistemas de organização do trabalho, devendo estabelecer modelos de suporte gerenciais capazes de gerar informações tempestivas para tomada de decisão, que satisfaçam às necessidades dos diversos usuários, com segurança e confiança, de forma ágil, rápida e satisfatória.

Compete à 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais da Bahia, totalizando cerca de 6.481 mil quilômetros. Mesmo com a capacidade física organizacional insuficiente para atender à demanda por segurança, destacando-se a necessidade de ampliação da capacidade física instalada e o aumento do efetivo operacional que está aquém da necessidade laborativa do Órgão, podemos classificar como satisfatório o desempenho organizacional com base nos resultados obtidos pelo programa “*Segurança Pública nas Rodovias Federais*”.

Considerando que os indicadores de eficiência estabelecem relação entre resultados alcançados e insumos utilizados e que se destinam a dimensionar o rendimento operacional da organização e de seus processos, a fim de possibilitar melhorias operacionais, a 10ª SRPRF/BA no exercício 2006 obteve um grau satisfatório de eficiência, considerando os valores orçamentários disponibilizados, haja vista que, não obstante tais recursos terem sido muito aquém da demanda existente, esta Regional se empenhou em atender as ações operacionais previstas otimizando os recursos liberados.

Analisando o desempenho da 10ª SRPRF/BA a partir dos princípios da eficácia, correspondente ao atingimento das metas estabelecidas, no exercício de 2006 esta Superintendência foi eficaz. As metas estabelecidas para a atividade finalística da unidade foram concretizadas, tanto com a diminuição do número de acidentes, quanto com a atuação direta na área de segurança pública.

No que tange à efetividade da ação institucional, podemos assinalar que o público-alvo passou a sentir a transformação da área de atuação da PRF num ambiente mais seguro. Portanto, uma transformação social que marca o modo de vida da sociedade.

É importante destacar que esse impacto promovido pela Polícia Rodoviária Federal trouxe mudanças no público-alvo, que conta com a PRF não apenas como uma polícia de trânsito, mas como um braço do Estado atuante na Segurança Pública em todos os pontos do país, apresentando-se por vezes como o único representante do Poder Público na localidade.

No ano de 2006, a Polícia Rodoviária Federal demonstrou mais uma vez sua importância dentro do contexto nacional e consagrou-se como órgão imprescindível à consecução da Segurança Pública. Pelo desenvolvimento de ações integradas, essa instituição de renome obteve expressivos resultados frente à criminalidade, possibilitando uma situação de mais segurança aos usuários das vias terrestres federais. Por meio da intensificação das ações de prevenção e de repressão ao tráfico ilícito de armas e

entorpecentes e a crimes contra o patrimônio foram realizadas operações complexas, de grande vulto e abrangência.

Diante do exposto, conclui-se que malgrado as limitações de natureza orçamentária, os servidores da 10ª SRPRF/BA não pouparam esforços no sentido de promover os valores insculpidos na Constituição Federal, garantindo sempre os direitos e garantias do nosso Estado Democrático de Direito.

ANTÔNIO JORGE AZEVEDO BARBOSA
Superintendente da 10ª SPRF/BA



**Departamento de Polícia Rodoviária Federal
10ª Superintendência Regional – Bahia
Avenida Frederico Pontes, 151 – Comércio
40460-000 – Salvador/BA
Fone: (071) 2101-2209/2205**

4. DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

4.1. Balanço Orçamentário:

Vide Anexo VIII.

4.2. Balanço Financeiro:

Vide Anexo VIII.

4.3. Balanço Patrimonial:

Vide Anexo VIII.

4.4. Demonstração de Variação Patrimonial:

Vide Anexo VIII.

4.5. Demonstrativo de pagamentos de despesas de natureza sigilosa:

Não houve



**Departamento de Polícia Rodoviária Federal
10ª Superintendência Regional – Bahia
Avenida Frederico Pontes, 151 – Comércio
40460-000 – Salvador/BA
Fone: (071) 2101-2209/2205**

5. DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL



**Departamento de Polícia Rodoviária Federal
10ª Superintendência Regional – Bahia
Avenida Frederico Pontes, 151 – Comércio
40460-000 – Salvador/BA
Fone: (071) 2101-2209/2205**

6. RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

Vide Anexo VII